

mauro anuncia nova política para a tve

Com exceção do Acre, os demais Estados brasileiros vivem o problema da televisão educativa (TVE): «Por falta de uma definição antecipada de política própria, começaram a surgir as iniciativas de utilização das modernas técnicas de comunicação. Não se levou em conta que televisão educativa é muito diferente de televisão comercial, e que uma aula por esse tipo de comunicação, é muito diferente de uma aula convencional televisionada. Surgiram então aulas maçantes, apenas televisionadas. Só a partir de 1970 o governo federal começou a criar os princípios de uma TV educativa. Uma nova política deverá entrar em vigor este ano, criando um sistema de televisão educativa, levando em conta o aspecto do custo, porque as televisões educativas brasileiras têm um custo operacional caríssimo. Só a TV de Recife custa ao Estado três milhões de cruzeiros por ano. A TV Anchieta, em São Paulo, é onerosíssima e tem uma audiência baixíssima.»

O coronel Mauro falou que ao chegar no RGS encontrou a TV Educativa em construção. «Tínhamos conhecimento do assunto, pois trabalhamos quase um ano em torno do tema, participando inclusive de Congressos no Chile e no Peru, e sabíamos do desentrosamento que havia entre diversos órgãos federais. Deparamo-nos com uma televisão em adiantada fase de construção e equipamentos comprados. E então levantamos a questão: difícil não é construir, o equipamento pode comprar-se a crédito, mas como é que vamos mantê-la? Quanto é que ela vai custar ao Estado? Daí concluí que seria apresado lançá-la já e, então, em combinação com o secretário das Obras Públicas, sr. Jorge Englert, decidimos reduzir o ritmo das obras e esperar a possibilidade de utilizá-la como Central Regional de Televisão Educativa, nos planos do governo federal.»

CASSETE

O coronel Mauro Rodrigues disse não ser possível esquecer que, no próximo ano, entrará no Brasil o sistema de vídeo-cassete, que tornará o telespectador independente de programas maçantes. Falou também que o governo pensa utilizar ao máximo as cinco horas diárias em rádio e televisão que uma lei de 1960 lhe reserva. A TV Educativa local produzirá apenas 30% dos seus programas, devendo receber o restante do Telecentro Nacional, para o qual já estão sendo formados técnicos.

BÔLSAS

O secretário revelou a próxima utilização de universitários como estagiários em todas as Secretarias de Estado, com horário estável, substituindo a bolsa de estudo pela bolsa de trabalho, com expediente de quatro horas diárias. Anunciou ainda que as futuras admissões na SEC deverão ser feitas pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). «A capacidade do professor é que determinará então a possibilidade de renovação ou não do contrato.»

Zero Hora

25/5/71